



Crise encontra mercado de trabalho em deterioração

Síntese: *A crise econômica chegou com força ao mercado de trabalho, dizimando milhões de empregos no mundo. No Brasil não tem sido diferente: quase 700 mil postos foram eliminados no último bimestre de 2008. Mesmo para parte expressiva dos que ainda estão empregados a situação não é favorável. Ao longo dos últimos seis anos, dobrou o número de brasileiros que recebem menos que o piso salarial oficial, os chamados subremunerados. É sinal da precarização das relações de trabalho no Brasil, expressa também no grau de subocupação dos assalariados. Além disso, o rendimento real médio não reagiu à altura dos anos de prosperidade vividos pela economia global até 2007 e avançou apenas 4% ao longo do governo Lula.*

Um fantasma ronda o mundo: o do desemprego. A crise econômica começa a mostrar sua face mais assustadora, a das demissões em massa de trabalhadores. Nas últimas semanas o número de dispensas tem crescido de maneira expressiva. No Brasil não tem sido diferente, embora ao longo de largo período as autoridades federais tenham insistido que o país era uma ilha de prosperidade isolada do resto do planeta.

O primeiro sinal de que os trabalhadores sofreriam na pele a escalada da crise soou em novembro, ainda sob os efeitos iniciais da fase mais aguda do crash global. Naquele mês, o Brasil registrou fechamento de quase 41 mil vagas no mercado formal de trabalho, resultado incomum para o período e decorrência de mais de 1,3 milhão de demissões registradas sem contrapeso equivalente do lado das contratações. Mas o pior ainda estava por vir.

Os resultados de dezembro, revelados pelo Ministério do Trabalho na segunda quinzena de janeiro, comprovaram o mal-estar que já se sentia em fábricas, lojas e unidades de prestação de serviço: o número de postos de trabalho ceifados alcançou patamar recorde. Para ser mais preciso, foi o maior nível mensal dos 16 anos de existência do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados): no último mês de 2008, o total de demissões superou o de admissões em 654 mil, mais que o dobro do registrado em dezembro de 2007.

Com isso, só no último bimestre do ano passado, o total de empregos eliminados no país atingiu quase 700 mil. (Para comparar: na gigantesca economia americana o alarme disparou quando o número ultrapassou 500 mil.) O contingente de demitidos chegou a 2,86 milhões de brasileiros apenas em novembro e dezembro. Considerando os resultados por setores de atividade, somente o comércio, em razão do movimento de Natal, não fechou o bimestre no vermelho. Tomando-se dezembro isoladamente, nenhum segmento escapou do negativo.

Mas não é só o emprego formal que sofre as dores da crise. Na mesma semana em que o Ministério do Trabalho divulgou os dados do Caged, o IBGE apresentou os resultados da Pesquisa Mensal de Empregos referentes a dezembro. Ainda que seu número mais eloquente – o da taxa de desocupação –

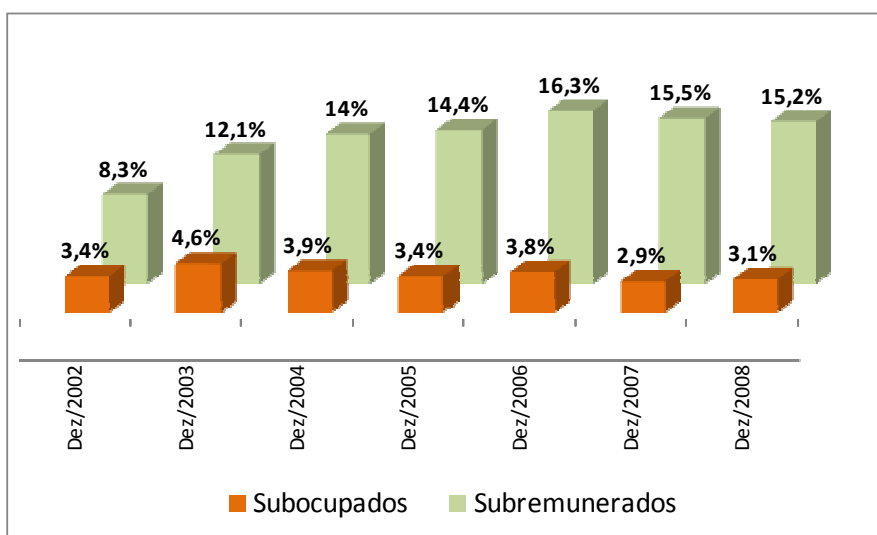
tenha mostrado bom desempenho no ano, atingindo o menor patamar desde o início da série atual, os dados desagregados indicam que mês a mês as condições de trabalho estão piorando no país.

Precariedade em alta

A deterioração pode ser expressa por, pelo menos, dois indicadores: o de subocupação e o de subremuneração, medidos pelo IBGE nas seis maiores regiões metropolitanas brasileiras. O primeiro indica o universo de trabalhadores que, mesmo querendo, não conseguem obter jornada com duração maior que 40 horas por semana. Já os subremunerados são aqueles que recebem o equivalente a menos de um salário mínimo por mês. Ambos os contingentes aumentaram na Era Lula.

Os subocupados somavam 686 mil pessoas em dezembro passado. Seis anos antes eram 614 mil. Isso significa que tal grupo cresceu 12% em relação ao início do governo do PT. Para mesma base de comparação, ou seja, meses de dezembro, a maior marca ainda é a registrada no último mês de 2003, quando 876 mil brasileiros eram considerados subocupados pelo IBGE e representavam 4,6% do universo de pessoas ocupadas.

Piores condições de trabalho



Percentual sobre o total de pessoas ocupadas. Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego/IBGE, dez/2008

Mas o quadro de subremuneração é muito pior e indica que parte relevante dos empregos gerados pelo governo Lula é de má qualidade, sustentada no pagamento de baixos salários. Atualmente 3,362 milhões de trabalhadores recebem menos que um salário mínimo mensal. Eles representam 15% da população ocupada nos seis maiores centros do país.

No início da gestão petista, os subremunerados somavam 1,519 milhão de brasileiros, o que equivalia a 8% da população ocupada. Ou seja, o exército de pessoas com remuneração abaixo do mínimo mais que dobrou na Era Lula. Para ser mais preciso, o crescimento deste contingente foi de 121% em seis anos – são 1,843 milhão de novas pessoas vivendo nesta situação.

Em retrospectiva, ganhos singelos

Tais números dão a real dimensão da tão alardeada evolução do mercado de trabalho pelo governo federal. É fato que um total considerável de novas oportunidades foi gerado. Mas é igualmente verdadeiro que parte significativa disso nada mais foi do que formalização de empregos que já existiam. Além disso, como se pôde ver, fatia expressiva do crescimento da população ocupada no país é formada de pessoas mal remuneradas. Como, desde 2003, o total de ocupados ganhou 3,848 milhões de novos indivíduos, conclui-se que os que recebem menos que o piso salarial oficial representaram praticamente metade deste contingente.

É inegável que o mercado de trabalho brasileiro apresentou melhora ao longo dos últimos anos, impulsionado pelo maior volume de investimentos na economia e pela dinâmica ascendente dos negócios ao redor do mundo até 2007. Mas em muitos aspectos os ganhos foram tímidos e, como mostra o caso dos trabalhadores subremunerados e subocupados, quase inexistentes. É o que também ocorreu com o rendimento médio recebido pela população ocupada.

Ao longo dos seis anos de gestão Lula, o ganho real, ou seja, acima da inflação, foi de meros 4%: a média dos rendimentos passou de R\$ 1.234 em dezembro de 2002 para R\$ 1.284 no mês passado. Pior: em regiões como a Grande São Paulo a renda média é hoje mais baixa do que há seis anos. Vê-se que o período de maior bonança econômica mundial em décadas mal foi sentido no bolso pelos trabalhadores brasileiros.

O governo brasileiro tem desafios gigantescos a enfrentar com o agravamento da crise econômica. Preservar o emprego do maior número possível de trabalhadores deve ser o principal objetivo a ser perseguido. A legislação – cujo arcabouço é inteiramente herdado da gestão anterior – já prevê mecanismos para, sem comprometer conquistas trabalhistas, manter postos de trabalho e, ao mesmo tempo, ampliar as margens de manobra das firmas. Por princípio, as empresas não gostam de demitir. Resta ao governo não lhes dar novos motivos para fazer o que todos querem evitar.



"Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV" é uma publicação quinzenal do Instituto Teotônio Vilela.
Caso não queira voltar a recebê-la, clique [aqui](#).

Se preferir, basta responder este e-mail preenchendo o campo Assunto com a palavra "Cancelamento" e seu endereço será excluído de nossa lista.

INSTITUTO TEOTÔNIO VILELA

Instituto Teotônio Vilela . Senado Federal Anexo 1 - 17º andar - Sala 1707 . CEP 70165-900 . Brasília - DF . Tel.: (61) 3311-3986 / 3311-4338 / 3224-5282 / 3323-7990 . Fax: (61) 3311-3891 . e-mail: itv@itv.org.br . site: www.itv.org.br